

REPENSANDO AS DIFICULDADES DE ENSINAR E APRENDER

REIS, Elisa Helena Meleti¹

DAVID, Célia Maria²

PAGANUCCI, LizeteTeixeiraChueri³

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de análise os principais fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem de crianças na distorção idade-série. Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo realizada em uma escola pública estadual da D.E de Franca/SP, com foco no Ciclo I do Ensino Fundamental, após trabalho de ação pedagógica realizado em duas turmas de 4º e 5º anos, não alfabetizadas, por um grupo de apoio, do qual fez parte estas pesquisadoras. O trabalho de campo foi realizado por intermédio de observações, intervenções, questionários e entrevistas semi-estruturadas aplicados às professores das classes em questão. Os resultados, até então, assentes na coleta de dados sob fundamentação teórico metodológico, apoiada em Telma Weiz (1998), Magda Soares (2001) e Emília Ferreiro (1999) indicam que a prática pedagógica não atendeu às crianças no período de alfabetização correspondente à idade-série, um resultado que se contrapõe ao apontado pelas professoras das classes em questão que consideram a família responsável pela baixa aprendizagem dos alunos, por não acompanharem o processo de escolarização dos filhos.

Palavras-chaves: Alfabetização, Aprendizagem, Dificuldades.

- Introdução

Para compreender a escola contemporânea e suas variadas formas de organização se faz necessário distinguir os processos que se desenvolvem dentro e fora de seus limites. Para isso é preciso considerar fatos anteriores à realidade atual que compõem teorias que, de certa forma tentam elucidar concepções e práticas comuns que se perpetuam ainda hoje. A educação consolidada na escola é resultado de uma construção histórica.

¹ REIS, Elisa Helena Meleti - Universidade Júlio de Mesquita - UNESP/Franca. Doutorando em Serviço Social.

² DAVID, Célia Maria - Universidade Júlio de Mesquita - UNESP/Franca. Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca.

³ PAGANUCCI, Lizete Teixeira Chueri - Universidade Paulista - USP/Ribeirão Preto. Membro do grupo de pesquisa GEPALLE.

Entender o modo como a lógica da escola seriada instaurou-se e naturalizou-se em nosso meio educacional exige breve retrocesso às origens do ensino escolarizado no Brasil em articulação com as ideias pedagógicas que marcaram os diversos períodos históricos, pois, como lembra Saviani (2013, p.4) “o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro”.

Como se sabe, a educação no Brasil foi pautada pelo modelo europeu, isto se deve ao fato da colonização brasileira ter predominância portuguesa e a par disso pela institucionalização da pedagogia jesuíta em sua grande parte composta por espanhóis, italianos, franceses e alemães. Nesse período foi estabelecido uma fase que deixaria profundas marcas na educação brasileira.

Antes disso a educação teve como base o *modus italicus*, de origem italiana ao longo de toda a idade Média. Esse modo de ensinar, de acordo com Saviani (2013), não havia um plano estruturado que conectasse os estudantes a um currículo planejado e ainda sem a exigência do cumprimento de programas sequenciais. Com isso, os jovens ficavam sob a tutela de um preceptor sem a preocupação com os níveis de formação em que se encontravam e muito menos o cuidado de separar grupos por idade e conseqüente interesses comuns. Esse era o espírito reinante no período medieval.

Foi por volta do século XVIII que surgiram as primeiras escolas públicas tuteladas pelo Estado. Em meio a este processo histórico, a escola sempre foi tida como instrumento das classes dominantes para manutenção de sua hegemonia.

Decorre daí a pouca importância atribuída à idade dos alunos para sua escolarização que se confirma de acordo com estudos realizados por Ariès (1978) nos mostrando a falta de compromisso dessa miscelânea de idades variadas para o ensino escolar e que no início dos tempos modernos, foi cerceado pelo isolamento e treinamento das crianças, que passaram a ser constituídas, moral e intelectualmente, de forma autoritária e separadas do mundo dos adultos.

Vale lembrar que nesse período o Brasil passava por profundas transformações de cunho social, político, econômico e cultural.

Todo esse processo influenciou na constatação de como os indivíduos são educados, a sua forma de pensar, sua cultura, as práticas e relações diárias, tanto no plano individual quanto no social. Igualmente, a escola, como concebida, configurou-se a partir dessas referências e paradigmas da racionalidade moderna, apresenta-se como uma

organização fragmentada, com regras bem definidas, rígidas e fechadas.

- Metodologia

Desse modo seria relevante ter um olhar dialógico e tridimensional sobre esse processo. Dialógico, no sentido de pensar a educação como uma realidade que se configura, numa das dimensões que compõe as tessituras do tecido social, seus conflitos, suas tramas e inter-relações. Existe uma estreita ligação entre educação e sociedade e por isso é necessário pensá-la dentro de uma reflexão dialógica.

Tudo isso merece destaque e atenção e que, neste momento voltaremos nosso olhar para as crianças, que hoje apresentam dificuldades em seu processo de aquisição da leitura e da escrita, sendo que isso surpreende a pais e educadores, que reconhecem, nessas mesmas crianças, muitas capacidades para aprender.

Pode ser que várias dessas crianças sejam aquelas que por algum tempo ficaram anos na primeira ou 2ª série, até desistirem da escola. Seriam os alunos repetentes e os alunos evadidos. Da forma como as coisas estão, a política vigente acelera o fluxo de alunos de uma série para outra, mesmo sem se atingir um nível de aprendizagem satisfatório.

Diante do crônico fracasso escolar de grande número de crianças, principalmente da rede pública de ensino, observa-se grave tendência em rotulá-las como portadoras de dificuldades. Uma vez rotuladas legitimam esses rótulos sendo convencidas de que não podem aprender.

"Quem já esteve numa escola pública e conversou com professores e técnicos escolares a respeito da repetência sabe que em sua maior parte eles ainda têm uma visão preconceituosa da pobreza (...):os professores costumam procurar bodes expiatórios para a incompetência pedagógica da escola" (PATTO, 1997, p. 48).

O acompanhamento individualizado dessas crianças, no entanto, tem demonstrado que são capazes e hábeis desde que tenham um ambiente apropriado e um adulto que possa auxiliá-las em suas necessidades específicas.

O problema sobrevive à décadas: um grande número de crianças não aprende a ler e a escrever no tempo considerado desejável, qual seja nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa constatação, se mal explicada ou interpretada, pode vir a fundamentar ainda mais as teorias do déficit e da diferença cultural, as quais rotulam as diferenças como

deficiências.

Muitos estudiosos mostram que ocorre certo preconceito do sistema escolar no que se refere à pobreza e a carência, esta questão é muito bem colocada por Teves (1992, p. 29):

As condições de vida do aluno passam a servir de critérios a sua própria identificação: ele é morador da favela, seus pais, quando conhecidos vivem separados. Ele convive com péssimas condições de higiene, o vocabulário familiar é bastante restrito, sua alimentação é bastante precária, enfim, é possível identificá-lo mediante uma metodologia específica classificatória. O resultado desse tipo de tratamento do aluno é confundi-lo com suas condições de existência. Identifica-se nele mais o que lhe falta ou o sentido que têm para ele aquelas faltas. Elabora-se, com isso, o discurso descritivo da carência.

As crianças que apresentam dificuldades na leitura e na escrita revelam, em grande parte, um posicionamento das escolas em que as diferenças se tornam desigualdades. Pode-se afirmar que existem crianças que apresentaram dificuldades desde o início de sua escolarização, sendo que muitas delas foram apresentando suas dificuldades conforme as necessidades não foram resolvidas, ao contrário foram se agravando.

Muitas vezes, a escola crê que a dificuldade esteja na criança e, portanto, tenha sua origem nos laços familiares. Essa “constatação” alivia o professor de uma carga pesada, ou seja, o não aprendizado de seu aluno. Deslocar a atenção para a escola e tentar explicar o fracasso por essa via mudam apenas os culpados, mas não resolvem o problema.

No entender de Vygotsky (1991, p. 39): “A aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar [além disso], toda aprendizagem da criança na escola tem uma pré - história”. Para o autor:

A aprendizagem não é em si o desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa um grupo de processos de desenvolvimento, e essa ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas e naturais historicamente (VYGOTSKY, 1991, p. 47).

Desse modo pode-se dizer que a maior parte das crianças com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita é efeito do que ocorre na relação entre as formas de aprender dessas crianças e o que lhes é oferecido: problemas do ensino que acabam por interferir na aprendizagem.

Por outro lado refletindo criticamente é necessário entender que a produção dos problemas educacionais são fabricados nas condições sociais, nas histórias escolares, nas práticas pedagógicas, nos mecanismos institucionais, nas relações construídas no âmbito

escolar, o que significa dizer que é importante analisar como acontece o encontro entre cada criança e a educação escolar. Para tanto há necessidade de compreender contextos que afetam ou dificultam a aprendizagem e outros elementos que podem potencializar o desenvolvimento dos aprendizes.

Neste aspecto pode-se dizer que crianças não aprendem na escola porque ainda não se adequaram práticas de ensino às suas possibilidades e necessidades. O que seria correto, na concepção de Ferreiro, seria se interrogar “através de que tipo de prática a criança é introduzida na linguagem escrita, e como se apresenta esse objeto no contexto escolar” (1999, p. 30).

Várias práticas podem dar a ideia para as crianças que o conhecimento é alguma coisa que o professor possui e de certa forma aquilo que existe para conhecer já foi estabelecido, como um conjunto de coisas herméticas que não podem se modificar. Sendo assim, só poderão aprender o que o professor ensina sem imaginar que o verdadeiro conhecimento deve ser dialógico em que a criança deve ter participação ativa. De acordo com Fernandez “não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar” (1991, p. 52).

Outras práticas podem dar à criança a pseudo ideia de que deve participar do conhecimento como receptor daquilo que o professor ensina. Ferreiro assevera que “[...] nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo em conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem” (1999, p. 31). Para ser eficiente ele deve “adaptar seu ponto de vista ao da criança. Uma tarefa que não é nada fácil” (FERREIRO, 1999, p. 61).

A aprendizagem abrange inúmeras características onde destacamos uma identificação e uma relação prazerosa, tanto com o conhecimento, como também com o educador, num processo dinâmico, ativo e contínuo.

O professor que ensina por ensinar de forma mecânica, descontextualizada, por repetição acaba por degradar todo o espaço educativo, que é, sem dúvida o espaço das relações. No processo de escolarização ler e escrever apenas (alfabetização) aponta para um índice quantitativo, diferente de quem realmente se beneficia deste conhecimento e o utiliza diariamente (letramento) tornando esse processo qualitativo e significativo.

Para Weisz, em Por trás das Letras (1998),

“se o objetivo é que o aluno aprenda a base alfabética e algumas convenções ortográficas, então as palavras soltas e as frases sem nexos podem continuar sendo usadas. Mas se o que se quer é que ele chegue a redigir textos, interpretar textos, aprender com os textos e até se divertir com eles, então é preciso redefinir o conteúdo da alfabetização”.

Alfabetizar e letrar são processos distintos porém indissociáveis sem deixar de considerar o lado político, que promove a cidadania, a autonomia quando for praticado com lucidez, pois ofereci condições aos educandos de construir em sua bagagem de conhecimentos num contexto mais amplo sendo refletido e apreendido pela complexidade das múltiplas interações que os ambientes, as pessoas e os objetos implicam.

Entende-se aqui que alfabetização é um processo complexo ligado à construção do conhecimento. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o letrado é aquele que sabe ler e escrever e também responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Como se pode perceber são processo complementares embora distintos.

Conhecer as letras é apenas um meio para o letramento. Letrar então, como dito anteriormente significa colocar a criança num mundo letrado trabalhando com os diferentes usos de escrita na sociedade.

Assim, pode-se dizer que o letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para a escola com o conhecimento alcançado de maneira informal absorvido no cotidiano.

Ao conhecer a importância do letramento deixamos de exercitar o aprendizado automático e repetitivo.

Segundo Soares (2001, p. 90)

[...]alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele.

De acordo como a autora citada acima, se faz necessário distinguir a importância teórica e conceitual dos dois termos: alfabetização e letramento. Delimitando a oscilação das propostas pedagógicas transformadas em modismos, muitas vezes mal compreendidas do fenômeno do letramento presta-se para repensar nas especificidade da alfabetização. Na ambivalência desse embate conceitual, depara-se com o desafio dos

professores em no que diz respeito ao ensino da língua escrita, que é o alfabetizar letrando.

Torna-se indispensável que a escola considere em seu planejamento uma proposta de alfabetizar letrando, onde o ensinar e o aprender o código estejam entremeados pelas práticas sociais de utilização da escrita, atribuindo-lhe sentido e significado partindo de diferentes intenções no contexto social, pois numa sociedade letrada é necessário compreender os desígnios decorrentes nos diversos contextos de letramento.

Desta feita, alfabetizar letrando não institui um novo método de alfabetização que versa na utilização de uma diversidade textual no ambiente escolar, mas sim a ressignificação do sentido da alfabetização, principalmente numa perspectiva pedagógica capaz de contemplar práticas metodológicas relacionadas a aquisição da escrita.

- Resultados e análises

O compromisso de buscar a qualidade do ensino é de todos, focando em uma só direção que é oportunizar a todos os alunos que aprendam e a escola que exerça seu papel social.

Pode-se ensinar e aprender com programas que incluam o melhor currículo para aquela comunidade de aprendentes de forma que possam transformá-la em benefício de todos. É necessário ter, nas escolas professores-educadores com amadurecimento intelectual, emocional e comunicacional que favoreça todo o processo de organização da aprendizagem. Pessoas abertas, sensíveis, humanas, que valorizem mais a busca que o resultado pronto, o estímulo que a repreensão, o apoio que a crítica, capazes de estabelecer formas democráticas de pesquisa e de comunicação.

A sociedade hoje se vê em constante mudança, onde o conhecimento é atualizado e re-elaborado a todo instante e a escola enquanto formadora do cidadão crítico e reflexivo, tem por função oportunizar estratégias inovadoras utilizando as mais diversas ferramentas e metodologias disponíveis a fim de torná-lo capaz de atuar de maneira a resolver situações- problema nessa sociedade de transformações constantes que de certo modo vê a escola em descompasso com o mundo moderno. Trata-se de uma discussão que exige muita reflexão para que possa de fato alterar o cotidiano da sala de aula

O processo de ensinar e aprender com qualidade não depende somente do professor, mas da união de esforços internos e externos a escola, proporcionando ao aluno

condições de se apropriar da leitura e da escrita com mais segurança, autoestima e autonomia.

- Conclusão

Conclui-se que, só é possível participar o aluno do processo de ensino e aprendizagem quando se desmistifica a criança de incapaz, trabalho esse que não é fácil, mas possível ao romper com esse rótulo trabalhando as habilidades e competências, demonstrando a ele sua capacidade em aprender e ao professor rever suas práticas ao ensinar aprendendo.

- Referências Bibliográficas

- ARIÉS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Zabar Editores, 1978.
- FERNANDEZ, A. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica da criança e sua família. Porto Alegre: Arts Médicas, 1991.
- FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1999.
- PATTO, M.H.S. Para uma crítica da Razão Psicométrica. In: Psicologia USP – Psicologia e Razão Instrumental. São Paulo, v.8, n.1, p. 47-62, 1997.
- SAVIANI. D. Pedagogia Histórico-Crítica. 11^a ed. São Paulo: Saraiva e Autores Associados, 2013.
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- TEVES, Nilda. Imaginário Social e Educação. Rio de Janeiro: Gryphus, FaE/UFRJ, 1992.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 4^a ed. 1991.
- WEIZ, T. O diálogo entre ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1998.

